



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021- RP Nº 001/2021


### ATA DE REUNIÃO


Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às 17:30h, os membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeados pela Portaria nº 30/2021, reuniram-se para apreciar e deliberar acerca de impugnação formulada por RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI em relação ao Edital da Concorrência Pública nº 001/2021, cujo objeto é a Contratação, com a utilização do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos e transporte até destinação final o Aterro Sanitário Regional – ECOTRES, e fornecimento de contêineres para disposição de resíduos sólidos, no Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.


Após deliberarem acerca do mérito da impugnação, conforme termo apartado, os membros da CPL resolveram:


- a) Conhecer a Impugnação interposta por RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme termo apartado;
- b) Dar ciência da decisão ao autor da impugnação, via e-mail, publicando-se no site do Município de Conselheiro Lafaiete o teor desta ata, para conhecimento de demais interessados.


Nada mais havendo a relatar, o Presidente encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

  
Alisson Dias Laureano  
Presidente da CPL

  
Douglas Rodrigues Henriques  
Membro CPL

  
Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt  
Membro CPL

  
Isabella Gomes de Vargas e Lima  
Membro CPL

  
Ana Flávia de Oliveira Pereira  
Membro CPL (Suplente)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

## Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO Nº 004/2021

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021 RP Nº 001/2021

**OBJETO:** Contratação, com a utilização do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos e transporte até destinação final o Aterro Sanitário Regional – ECOTRES, e fornecimento de contêineres para disposição de resíduos sólidos, no Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

### RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, protocolizada via correio com recebimento no dia 22/02/2021 e encaminhamento ao Setor de Licitação no dia 23/02/2021, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 004/2021, Concorrência Pública nº 001/2021, RP nº 001/2021.

A impugnação é focalizada nas disposições contidas no item 7.5.2 do Edital e no item 6.2 do Anexo I – Termo de Referência, mais precisamente no tocante à exigência de comprovação da qualificação técnica por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, que demonstre ter a empresa licitante executado serviços compatíveis com o objeto da licitação, observado o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, no período mínimo de 12 (doze) meses.

O Impugnante alega que referida exigência apresenta dois impedimentos jurídicos que restringem a ampla concorrência de forma excessiva.

Aduz que *“O primeiro impedimento se refere à criação de uma limitação temporal mínima, ou seja, um período mínimo de execução dos serviços objeto do edital, o que entra em conflito com a legislação em vigor”*. Prosseguindo, sustenta que *“O segundo impedimento se refere à exigência de tempo que supera o limite quantitativo de 50% (cinquenta por cento) estabelecido pelo TCU como razoável para se exigir em fase de habilitação técnica”*.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação dos itens impugnados, a fim de que a avaliação dos atestados seja realizada tendo como parâmetro o quantitativo mensal estimado, e não o anual, bem como seja realizada a *“(…) remoção da exigência temporal do atestado de comprovação de execução do serviço licitado (ou similar) ou sua adequação para que a exigência se limite a 50% (cinquenta por cento) do período de expectativa de duração de eventual contrato a ser firmado após a tomada de preços”*.

A fim de balizar o julgamento da impugnação, a Comissão Permanente de Licitação solicitou manifestação do setor técnico da Secretaria Municipal de Obras e Meio





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

Ambiente, sendo os autos instruídos com a Comunicação Interna nº 35/2021, contendo manifestação acerca do mérito da impugnação.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

#### II. Da admissibilidade

De acordo com o item 12.2 do Edital, decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil antes da abertura dos envelopes de habilitação, caso em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

A sessão de abertura da Concorrência Pública encontra-se designada para o dia 04/03/2021, às 09:30h, sendo esta a data fixada para recebimento e abertura dos envelopes de habilitação.

A impugnação em apreço foi protocolizada via correio, sendo recebida no dia 22/02/2021 e encaminhada ao Setor de Licitação no dia 23/02/2021, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

#### III. Do mérito da Impugnação

O julgamento da impugnação consiste em verificar se as exigências de qualificação técnica para habilitação dos licitantes, mais precisamente a apresentação de atestado de capacidade técnica, que demonstre ter a empresa licitante executado serviços compatíveis com o objeto da licitação, observado o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, no período mínimo de 12 (doze) meses, restringem indevidamente a participação de licitantes, frustrando o caráter competitivo do certame, em desrespeito ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

O objeto do presente certame é a contratação, com a utilização do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos e transporte até destinação final o Aterro Sanitário Regional – ECOTRES, e fornecimento de contêineres para disposição de resíduos sólidos, no Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

Dispõe o item 7.5.2 do instrumento convocatório, reproduzindo exigência prevista no item 6.2 do Anexo I – Termo de Referência:

***“7.5 - Os documentos relativos à qualificação técnica são:***

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro  
Conselheiro Lafaiete - MG - 36400-026  
Tel. (31) 3769-2533



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

(...)

7.5.2 - A Qualificação Técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação de no mínimo 1(hum) atestado de capacidade técnica, que comprove o quantitativo mínimo de 50%(cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, emitido por qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante executado serviço compatíveis, de mesma natureza, com o objeto desta Licitação, no período mínimo de 12 (doze) meses.

- Média Anual Total: 25.200t

- 50% (cinquenta por cento) da média anual: 12.600t"

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos conhecimentos e condições técnicas para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a "Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo".

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, inciso II (capacidade técnico-operacional) e § 1º, inciso I (capacidade técnico-profissional), da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

No que tange à capacitação técnico-operacional, o objetivo é verificar a experiência da pessoa licitante, a fim de se obter comprovação, enquanto organização empresarial, de que a licitante é a apta para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

A questão envolvendo a exigência de quantitativos mínimos para qualificações técnicas operacional e profissional foi objeto de análise aprofundada em artigo<sup>1</sup> elaborado pela equipe técnica da Zênite, realizada com supedâneo em julgados do Tribunal de Contas da União – TCU, cabendo sua transcrição integral, haja vista a íntima pertinência com o cerne da impugnação:

*“Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.*

*Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.*

*No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.*

*Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:*

*‘para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.’*

*No que diz respeito à qualificação técnico-profissional, a Lei de Licitações, no § 1º, inc. I, de seu art. 30, dispõe que a licitante deverá demonstrar*

*‘possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.’*

<sup>1</sup> “De acordo com a jurisprudência do TCU, é possível exigir quantitativos mínimos para qualificações técnicas operacional e profissional em uma mesma licitação? Se positivo, os quantitativos precisam ser iguais?” Disponível em: <https://www.zenite.blog.br/de-acordo-com-a-jurisprudencia-do-tcu-e-possivel-exigir-quantitativos-minimos-para-qualificacoes-tecnicas-operacional-e-profissional-em-uma-mesma-licitacao-se-positivo-os-quantitativos-precisam-ser/>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

Tomada a disciplina legal em sua literalidade, a compreensão seria pela impossibilidade de a Administração estabelecer quantitativos mínimos para fins de aferição e comprovação da qualificação técnica profissional. Contudo, essa conclusão baseada na simples literalidade da Lei nº 8.666/93 vem sendo relativizada pelo Tribunal de Contas da União. No Acórdão nº 3.070/2013 – Plenário, por exemplo, essa questão foi objeto de análise, nos itens 64, 65 e 66 da decisão.

Segundo essa linha de interpretação, a vedação não alcança a fixação de quantitativos relativos à experiência pregressa a ser avaliada para fins de aferição de sua qualificação técnica-profissional, mas impediria o estabelecimento de um número mínimo de atestados para gerar essa comprovação.

Naquela mesma oportunidade, o Min. Relator destacou que, em outras oportunidades, a jurisprudência da Corte de Contas havia se limitado a adotar a interpretação literal do dispositivo. Contudo, lembrou que, no âmbito do TC 019.452/2005-4, a questão foi debatida com maior profundidade, destacando a seguinte passagem daquele julgado:

‘6. A respeito da exigência de quantitativo mínimo em relação à referida capacitação técnico-profissional, observo que uma interpretação literal do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 leva à conclusão de ser vedada tal prática. Entretanto, é necessário aprofundar-se na exegese do referido dispositivo, extraindo-lhe sua verdadeira mens legis e confrontando-a com a exigência estabelecida em cada caso concreto, conforme o fez a Unidade Técnica, às fls. 54/55 do v.p.

7. Para valer-se do mencionado dispositivo legal, e exigir que as licitantes comprovem ter seu corpo técnico executado obra ou serviço de características semelhantes a que será contratada, as comissões de licitação, eventualmente, não disporão de outro meio tão eficiente e objetivo quanto a análise quantitativa de obras ou serviços outrora executados por esses profissionais, quanto mais no Certame em foco, cujo objeto – prestação de serviços de consultoria e apoio à Eletronorte, visando à atualização do processo de planejamento estratégico para o ciclo 2006/2010 – é de natureza predominantemente intelectual.’

Em alinhamento a esse entendimento, o TCU conferiu o seguinte conteúdo da ementa daquele acórdão:

‘2. Não afronta o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 a exigência de atestados com quantitativo mínimo, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, quando este quantitativo reflita características intrínsecas a cada contrato mencionado nos atestados e quando o objeto licitado for de natureza predominantemente intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação.’

Do voto proferido no Acórdão nº 3.070/2013 – Plenário ainda se extrai a seguinte passagem fazendo remissão à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

*'72. O grupo de estudos fez constar de seu relatório entendimento do STJ nessa mesma linha (REsp 466.286/SP, Relator Ministro João Otávio Noronha, Segunda Turma, DJ de 20/10/2003):*

*'a melhor inteligência da norma insita no art. 30, § 1º, inc. I (parte final) da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis.'*

Com base nesses argumentos, concluiu o TCU que a melhor interpretação a ser dada ao dispositivo é a que permite a exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos relativamente à comprovação de qualificação técnico-profissional. Mas, ao mesmo tempo, a Corte de Contas também adverte que cumpre ao administrador, diante de cada caso, examinar a natureza do objeto a ser contratado e avaliar se a fixação dessa condição se mostra necessária para aferição da qualificação técnico-profissional, devendo, se positivo, expor as justificativas que assim demonstram e atentar para preservar a competitividade da licitação ao máximo possível, mas sem deixar de resguardar o interesse da Administração em contratar empresa que tenha efetivamente condições técnicas de executar o contrato satisfatoriamente.

Em consonância com essa ordem de ideias, o TCU determinou, no Acórdão nº 3.070/2013 – Plenário, que a unidade jurisdicionada,

***'em futuras licitações, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame.'*** (Grifamos.)

Atualmente, no Acórdão nº 534/2016 – Plenário, o Tribunal de Contas da União voltou a decidir ser lícito a Administração exigir quantitativos para comprovação da capacidade técnico-profissional, inclusive em nível superior aos quantitativos exigidos para a demonstração da capacidade técnico-operacional. Isso porque, segundo a conclusão firmada, "embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada".

Nessa ocasião mais recente, a Min. Relatora ponderou que a jurisprudência do Tribunal evoluiu 'para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional' e ainda destacou:

*'(...) é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados. (Grifamos.)

Com base nesses precedentes, entende-se possível responder que, de acordo com a jurisprudência do TCU, especialmente as decisões mais recentes, é possível exigir quantitativos mínimos para fins de qualificações técnica operacional e profissional em uma mesma licitação.

Para tanto, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), cumpre à Administração apresentar motivação capaz de evidenciar que essa exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame.

Se for esse o caso, conforme afirmou a Min. Relatora do Acórdão nº 534/2016 – Plenário, não há “problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos”. (destacamos)

Em suma, é legítima a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes (Súmula nº 263 do TCU); não obstante, necessária a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame.

Pois bem.

Instada a se pronunciar acerca do mérito da Impugnação, a Secretaria Solicitante do certame encaminhou a Comunicação Interna nº 35/2021, anexada ao processo, apresentando justificativa para a exigência dos quantitativos mínimos previstos no Termo de Referência, reproduzidos no Edital:

“A Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente vem por meio deste com relação a impugnação Administrativa em nome da empresa RG Empreendimentos e Engenharia Eireli, com e relação a possível irregularidade no texto dos itens 6.2 e 7.5.2 do Edital, justificar que tal solicitação se deu em razão da necessidade da empresa a vir ser contratada possuir vasto conhecimento e prática mínima de 12 (doze) meses na execução do serviço, devido ao seu impacto de grande relevância nos quesitos ambientais e de saneamento básico, visto que o mesmo não pode ser interrompido ou prestado de forma errônea por nenhuma falta de conhecimento em sua prática. O município necessita de empresas que comprove sua experiência para que a qualidade da prestação de serviço realizada atualmente não seja comprometida.

Ressaltamos que a Ata apesar de possuir previsão de 12 (doze) meses é projetada para o serviço seja executado por 60 (sessenta) meses.”

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro  
Conselheiro Lafaiete –MG – 36400-026  
Tel. (31) 3769-2533





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

No caso concreto, observa-se que a exigência dos quantitativos mínimos nos moldes previstos no Termo de Referência justifica-se em razão das peculiaridades do objeto, sendo baseada nas características da prestação de serviços futura, notadamente a natureza essencial do serviço de coleta de resíduos sólidos e da imprescindibilidade de que tal serviço seja prestado de forma continuada, evitando-se principalmente interrupções causadas por problemas de ordem operacional, decorrentes de inexperiência/incapacidade da prestadora de serviços.

Diante da relevância do escopo contratual, pertinente a adoção de medidas por parte da Administração tendentes a assegurar a contratação de prestador com experiência na execução de serviços com características similares ao objeto licitado sob os prismas quantitativo e qualitativo, e com comprovada capacidade operacional para suportar os encargos da prestação de serviços continuada, observadas as condições concretas da futura execução.

Cediço que eventual interrupção dos serviços de coleta de resíduos sólidos acarretará, dentre demais danos, possibilidade de exposição do meio ambiente a risco e, ainda, ameaça à saúde pública. Neste cenário, observa-se não serem raros os casos noticiados, em âmbito nacional, de greves e paralisações dos serviços de recolhimento de lixo, o que deve ser evitado, através de uma conduta preventiva e cautelosa da Administração durante a fase de licitação/contratação, sob pena de comprometimento das normas que regem as políticas públicas ambientais e sanitárias.

Mister salientar que em razão de sua natureza essencial e continuada (art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93), a prestação de serviços futuramente contratada possui prazo de vigência diferenciado, podendo ser prorrogada em até 60 (sessenta) meses.

Lado outro, importantíssimo ressaltar que, para fins de comprovação de capacidade técnica, é pacífica e consagrada a possibilidade de somatório de atestados, de modo que o atendimento a ambos quantitativos (número de toneladas e prazo de experiência) constantes no instrumento convocatório poderão ser comprovados pelas licitantes através de mais de um atestado.

A aceitação do somatório de atestados para fins de qualificação técnica objetiva ampliar a competitividade. Por meio do somatório, faculta-se ao interessado que não lograria êxito em demonstrar sua capacidade por meio de um único atestado, que o faça conjugando experiências diversas. Nesse sentido, inclusive, a jurisprudência pacífica do TCU considera possível o somatório de atestados independentemente de previsão editalícia (TCU: Acórdão nº 1.983/2014-Plenário, Acórdão nº 1.231/2012-Plenário e Acórdão nº 1.890/2006-Plenário).

Ante o exposto, considerando as peculiaridades do caso concreto, a justificativa do setor técnico da Secretaria solicitante do certame, não subsiste razão para se proceder com as modificações pretendidas pelo Impugnante.

#### IV. Conclusão

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, bairro Centro  
Conselheiro Lafaiete - MG - 36400-026  
Tel. (31) 3769-2533



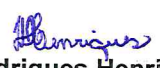
## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

- a) Conhecer a Impugnação interposta por RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.


Conselheiro Lafaiete/MG, 25 de fevereiro de 2021.

  
**ALISSON DIAS LAUREANO**  
Presidente da CPL

  
**Douglas Rodrigues Henriques**  
Membro CPL

  
**Isabella Gomes de Vargas e Lima**  
Membro CPL

  
**Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt**  
Membro CPL

  
**Ana Flávia de Oliveira Pereira**  
Membro CPL (Suplente)